

O desafio de ensinar conteúdos de Língua Portuguesa no curso de Jornalismo¹

Milton Chamarelli Filho²

RESUMO

O presente texto é um relato sobre a minha atuação como professor de língua portuguesa no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre. Além de descrever minha prática anterior e atual à frente desse curso, o texto discute brevemente algumas questões pertinentes ao ensino de conteúdos da referida disciplina à luz de desenvolvimentos teóricos atuais que examinam questões, tais como o erro, a variação linguística, a oralidade, o gênero textual e a coesão textual.

PALAVRAS-CHAVE: ensino de língua portuguesa; jornalismo; linguística

RÉSUMÉ

Ce document est un rapport sur ma performance en tant que professeur de langue portugaise en cours de journalisme à l'Université Fédérale d'Acre. En plus de décrire ma pratique antérieure et actuelle de l'avant de ce cours, le document aborde brièvement une partie du contenu de l'enseignement de la discipline pertinente à la lumière des développements théoriques actuels qui examinent des questions telles que l'erreur, la variation linguistique, les questions orales, le genre et la cohésion du texte.

MOTS-CLÉ: l'enseignement de la langue portugaise; journalisme; linguistique

O texto que segue trata-se, acredito, mais de um relato do que de um artigo. Por isso, optei por escrever em 1ª pessoa. Em março de 2011, passei a lecionar no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC), até então, trabalhava como docente na área letras dessa mesma instituição. Havia muitos anos que não trabalhava com o ensino de língua portuguesa, mas estava a par das teorias linguísticas, porque não há como explicar fatos de língua sem o conhecimento desse aporte teórico.

A questão mais crucial para quem trabalha com a disciplina de língua portuguesa, em um curso como o de jornalismo, é o que prioritário ensinar aos discentes, uma vez que, somados os onze anos, que compreende a formação dos ensinos fundamental e médio, tem-se aí um tempo razoável para que o aluno possa conhecer (ou

¹ Área de conhecimento: Educação para os media.

² Professor do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Acre. Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

refinar³) as habilidades de leitura e escrita. Mas o que falta ou o que sobeja desse ensino? Que conteúdos os egressos do ensino médio dominam? Observo que os alunos que chegam à graduação têm habilidades bem diferentes.

Creio que não se pode ministrar língua portuguesa “genérica” em cursos de graduação, porque cada curso tem as suas especificidades. Assim, considero uma incoerência ter que ensinar as famosas técnicas da redação a alunos que viram esse conteúdo desde cedo na escola, ou até com a famigerada lista de erros com que os “manuais” sempre trabalha. Como se o conhecimento de uma língua se resumisse somente ao conhecimento dos “erros” apontados por eles. Se o questionamento parece ser, no mínimo, trivial sua resposta é abstrusa.

A minha primeira dúvida à frente da disciplina de língua portuguesa foi a de se eu deveria trabalhar com aspectos pontuais de gramática (aquelas conteúdos que sempre são ministrados e para os quais os alunos apresentam sempre certa dificuldade) ou com produção textual. Todavia, preferi trabalhar com leitura, transformação de discurso direto e indireto (e vice-versa) e heterogeneidade discursiva. Parti da proposta do livro *A comunicação nos textos*, da profa. Norma Discini, da Universidade de São Paulo.

Minha dúvida ainda permanecia porque sabia que havia/há manuais, com os quais eu não tinha a menor familiaridade, tais como os da Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, este, mais conhecido. Sabia, também, que há os livros de Nilson Lage, Ricardo Noblat, Dad Squarisi e Arlete Salvador, que são aqueles voltados para os estudantes de jornalismo. Como utilizá-los, se é que eu deveria, ou adaptá-los ao ensino da disciplina? Retomo esse ponto adiante.

Embora julgue a leitura tão importante quanto à produção textual, percebi que meus alunos precisavam produzir mais textos. Mas, que textos? Pela ementa obsoleta da Instituição: redações escolares!? Isso a escola já havia feito.

Pude observar, pelos textos de meus alunos que, em todo aquele tempo em que eu estivera afastado do ensino de língua portuguesa, a escola não havia mudado muito no seu modo de proceder, no que diz respeito à produção textual: muita dissertação, pouco ou nenhuma narração ou descrição⁴. Textos pasteurizados, formatados. Esse quadro reflete a preocupação excessiva que a escola ainda tem o com o texto

³ Orientações Curriculares para o ensino médio, 2006. p. 18

⁴ A afirmação é baseada em um questionário que aplicamos às turmas de 1º ano de jornalismo, nos anos de 2012 e 2013, 82% responderam que aprenderam dissertação na escola. Em segundo lugar, apareceu a narração com 6%, e em último, com 0% descrição.

dissertativo, sobretudo porque, durante o período dos antigos vestibulares e agora, com o ENEM, quase sempre se cobrava e se cobra dos candidatos às universidades o conhecimento da redação dissertativa.

Entendo que parte das orientações curriculares do passado falharam se queriam que o domínio da norma culta passasse pelo conhecimento do texto literário; realidade que fugia daqueles que começaram a ter acesso à escola na década de 70. Os exemplos das gramáticas tradicionais e dos verbetes dos dicionários sempre foram excertos de textos literários, comprovando assim que o alvo do ensino de língua portuguesa sempre foi a língua culta.

Hoje, a escola não quer mais transformar os alunos em dominadores da norma-padrão pela literatura⁵. Eu creio que eles podem desenvolver um estilo próprio, tal como encontramos em Armando Nogueira, Rubem Braga, José Chalub Leite, etc. Por isso, entendo que o domínio das habilidades da língua esteja muito mais voltado para uma capacidade de construir e imprimir um caráter⁶ ao texto do que seguir manuais com receitas prontas.

Por outro lado, há ainda a questão do ensino gramatical, e entramos em outro embaraço: ensinar ou não ensinar gramática? Ou ensinar regrinhas descontextualizadas, como faz a maioria dos manuais, em uma espécie de “pronto-socorro” gramatical?⁷ Há muitas questões a serem ponderadas aqui, e a primeira delas é *o que é erro*⁸.

Essa é a questão mais controversa no ensino de língua, principalmente porque sempre há os que defendem o ensino do vernáculo, tal qual está na gramática normativa⁹, e os que ponderam¹⁰ sobre como deve ser esse ensino e em que bases, como os linguistas.

⁵ O domínio da norma padrão não está condicionado ao conhecimento de compêndios do tipo “100 erros de português” ou “Não erre mais”. Ninguém conhece uma língua ou a sua “norma padrão” pelo conhecimento de regras avulsas.

⁶ E aqui me valho da etimologia dessa palavra: gr. *kharaktêr, êros* 'o que grava, sinal gravado, natureza particular de alguém, marca de estilo'. (HOUAISS) O “mesmo” *kharaktêr* nos deu também o *caractere*, estilo, letra.

⁷ A expressão, pelo que me consta, foi utilizada primeiro por Sírio Possenti, e é citada por Marcos Bagno em *Dramática da Língua Portuguesa* (2000, p. 118).

⁸ Talvez seja melhor perguntarmos: por que se fala tanto em erros gramaticais. Uma resposta breve talvez nos indique que depois da Religião, a gramática é o lugar onde a Moral se faz mais presente.

⁹ Cabe observar aqui que a palavra gramática, nos estudos sobre a linguagem, tem várias acepções, tais como *gramática descritiva*, *gramática contrastiva*, *gramática reflexiva*, *gramática histórica*. Pode ser entendida também como o conhecimento internalizado que o falante tem da sua língua, como na concepção da Gramática Gerativa.

¹⁰ Ponderar não significa aqui “aceitar os erros”, mas: 1. percebê-los também como tentativa de acertos, como colocado por Marco Antônio Oliveira e Milton do Nascimento para os casos de erros de escrita em

Desde a publicação do Curso de Linguística Geral, de Saussure, a língua não é vista como um guia, um receituário, onde somente se prescrevem as formas consideradas certas e erradas, com as suas normas e exceções. Com o advento da linguística descritiva, descrevem-se quais são de fato as regras da língua. E isso já nos leva a outra discussão: *o que é regra em uma língua?*

Sem regras não haveria língua: a língua do douto ou a do analfabeto. Todos nós usamos regras ao falar¹¹. Precisamos de regras para combinar sons em palavras, de regras para combinar palavras em frases. Sabemos que *pato* e *bato* são duas palavras que se distinguem por apenas um som¹². Sabemos que não podemos falar “menina a”, como em romeno, cujo artigo tem função enclítica, e não “a menina”, como no caso do português e nas demais línguas românicas, nas quais se antepõe o artigo antes do substantivo. Sabemos ainda reconhecer os sons da nossa língua e sabemos ainda quais as frases do português são sintaticamente bem construídas ou não. E todo esse saber é um saber intuitivo, verdadeiro, como mostrou a linguística gerativa, nos anos 70 e 80. Precisamos de um mínimo de “regras” para “saber” português¹³:

Respeitadas algumas regras básicas da Gramática, para evitar os vexames mais gritantes, as outras são dispensáveis. A sintaxe é uma questão de uso, não de princípios. Escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo. Por exemplo: dizer “escrever claro” não é certo mas é claro, certo? O importante é comunicar. (E quando possível surpreender, iluminar, divertir, mover... Mas aí entramos na área do talento, que também não tem nada a ver com Gramática.) A Gramática é o esqueleto da língua. Só predomina nas línguas mortas, e aí é de interesse restrito a necrólogos e professores de Latim, gente em geral pouco comunicativa. Aquela sombria gravidade que a gente nota nas fotografias em grupo dos membros da Academia Brasileira de Letras é de reprovação pelo Português ainda estar vivo. Eles só estão esperando, fardados, que o Português morra para poderem carregar o caixão e escrever sua autópsia definitiva. É o esqueleto que nos traz de pé, certo, mas ele não informa nada, como a Gramática é a estrutura da língua, mas sozinha não diz nada, não tem futuro. As múmias conversam entre si em Gramática pura. (VERÍSSIMO apud LUFT, 1984, p.14-15)

Ao longo do século XX, as ciências da linguagem demonstraram e continuam demonstrando no século XXI que o ensino da língua não deve funcionar como um “manual de etiquetas” (POSSENTI, 1996, p. 73) e que precisa pautar-se também pelas

“Da análise de “erros aos mecanismos envolvidos na aprendizagem da escrita” (1990, p. 6); 2. considerá-los variantes a partir dos vários fatores que fazem da língua algo móvel e mutável.

¹¹ Como nota Bagno (2007) afirmar que não se sabe falar português é um dos preconceitos linguísticos vigentes em nossa sociedade.

¹² Por apenas um traço distintivo.

¹³ E um amplo espectro de leitura crítica para saber como os textos se constituem

regras de uso, se esse uso for o que os falantes escolarizados utilizam como norma¹⁴. Há erros e erros. E essa tautologia é necessária para dizer que há erros que são mais notados do que outros. Por que se notam mais construções do tipo “a gente fumo” ou “Nóis vai” como errados, e uma frase tal como o “livro que eu gosto”, correta? Porque existe uma relação entre essas variedades de língua e *quem* as utiliza, e a classe que as utiliza. Como denomina o linguista brasileiro Marcos Bagno (2007): o preconceito linguístico reflete um preconceito social. Se fôssemos adotar o critério de uma “correção total”, teríamos todos que falar *tomatE e não tomati*, como fala a maioria dos brasileiros. Ou em *pastel*, sem o l vocalizado em [w].

Os falantes julgam as formas linguísticas, mas esse ajuizamento toma por base aquilo que é considerado padrão, mas ignoram outras variações que fazem parte do seu falar. Observe, por exemplo, como algumas emissoras de TV marcam ou não em itálico as falas consideradas “erradas” e como elas misturam os critérios de “correção”. Essa observação aparece em Possenti (2012):

A Globo, em seus programas jornalísticos, às vezes mostra transcrições de falas, especialmente quando seus repórteres vão aos “morros” ou quando a Polícia Federal abastece o noticiário. Nestes casos, invariavelmente, a emissora destaca, entre aspas ou em itálico, as formas que estão em desacordo com a norma escrita. Se alguém disser “vamo pegá” em vez de “vamos pegar”, a Globo coloca a expressão entre aspas (aqui, estou citando, por isso as duas formas estão entre aspas).

Em tese, nada contra. A questão são os critérios. A Globo mistura duas coisas: coloca entre aspas tanto as formas socialmente marcadas (digamos: mermão, eles vai entregá) quanto as formas que não são mais marcadas, na fala, como os infinitivos sem r final (fazê) ou monotongos no lugar de ditongos (poco, pegô).

Como diz Leite (2010, p.1), ratificando o que coloca Possenti acima: “O destaque, a grande marca dessa norma, parecia residir nos campos da fonologia-fonética e das simplificações de concordância nominal e verbal.¹⁵”

Com efeito, sabe-se que hoje temos uma norma culta e uma norma padrão, e nesse espectro, variantes de prestígio, variantes inovadoras e variantes estigmatizadas. Desde a década de 70, o Projeto Norma Urbana Culta (NURC) descreve a modalidade oral culta dos falantes escolarizados, com curso de graduação completo¹⁶. Essas

¹⁴ Critério adotado pelo Projeto NURC – Norma Urbana Culta.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp18/07.pdf>>.

¹⁶ Cf. SILVA, L. A.: O projeto previa três etapas: gravações, transcrição e análise do *corpus*, conforme um Guia-Questionário. Inicialmente, eram previstas 400 horas de gravação, selecionando-se 600 informantes (300 do sexo masculino e 300 do sexo feminino) **com nível superior de escolaridade**,

pesquisas foram desenvolvidas, mormente, depois que já existirem teorias com um poder heurístico consolidado para dar conta de dados linguísticos que eram ignorados pelas gramáticas tradicionais. O objetivo do projeto NURC é:

1. Dispor de material sistematicamente levantado que possibilite o estudo da modalidade oral culta da língua portuguesa em seus aspectos fonético, fonológico, morfossintático, sintático, lexical e estilístico;
 2. Ajustar o ensino da língua portuguesa, em todos os seus graus, a uma realidade linguística concreta, evitando a imposição indiscriminada de uma si norma histórico-literária, por meio de um tratamento menos prescritivo e mais ajustado às diferenças linguísticas e culturais do país;
 3. Superar o empirismo na aprendizagem e ensino da língua padrão pelo estabelecimento de uma norma culta real;
 4. Basear o ensino em princípios metodológicos apoiados em dados linguísticos cientificamente estabelecidos;
 5. Conhecer as normas tradicionais que estão vivas e quais as superadas, a fim de não sobrecarregar o ensino com fatos linguísticos inoperantes;
 6. Corrigir distorções do esquema tradicional da educação, entravado por uma orientação acadêmica e beletrista.
- (SILVA, 1998, p. 85-86)

Como se pode observar, os objetivos do Projeto NURC são mais do que plausíveis. No entanto, ainda convivemos com o maniqueísmo do certo e do errado, sem considerar a fala ou a escrita de falantes cultos. Nesse sentido, é bom estar atento a fatos de língua que já estão mais do que documentados no português do Brasil: a ausência do pronome *vós*, a mistura entre pronome e pessoas verbais *tu vai*, ausência de ênclise *Me dá um cigarro*¹⁷, ausência de mesóclise *dar-me-ia*. Ainda lembremos os casos mais notórios: “*tinha* uma pedra no meio do caminho” (Carlos Drummond de Andrade) ou “*tem dias que a gente se sente como quem partiu ou morreu*” (Chico Buarque de Holanda)¹⁸. A lista é extensa e pode ser encontrada em diversos livros¹⁹ que descrevem e documentam o português do Brasil.

nascidos na cidade sob estudo ou residentes aí desde os cinco anos de idade, filhos de nativos de língua portuguesa, de preferência nascidos na cidade sob pesquisa. [Grifo nosso].

¹⁷ Como no célebre poema “Pronominais”, de Oswald de Andrade:

Dê-me um cigarro / Diz a gramática/ Do professor e do aluno / E do mulato sabido /Mas o bom negro e o bom branco / Da Nação Brasileira / Dizem todos os dias / Deixa disso camarada / **Me dá um cigarro.**

¹⁸ Esses dois últimos lembrados por Sírio Possenti em seu blog. Cf:

<<http://terramagazine.terra.com.br/blogdosirio/blog/2008/02/28/se-verissimo-escreveu/>>

¹⁹ Citaremos aqui dois deles: Nova gramática do português brasileiro, de Ataliba de Castilho. Ed. Contexto e Gramática pedagógica do português brasileiro, de Marcos Bagno. Ed. Parábola.

Há também uma norma padrão, que é aquela associada à classe de maior prestígio social. Nesse sentido, ela não deixa de ser uma espécie de “dialeto” social que poucas pessoas conhecem. E acaba por excluir aqueles que não a utilizam porque não a dominam²⁰.

Há ainda a questão do uso dos manuais, do Estadão, da Folha e os livros de Dad Squarisi e Arlete Salvador, e o de Ricardo Noblat. O que são e o que representam? Em parte, regras de estilo²¹, em parte, regras gramaticais. São guias de consulta válidos para quem quer escrever textos no *estilo* jornalístico, mas não levam em conta o público leitor para o qual se escreve. Não adianta determinar regras se se desconhece o público que vai ler um texto. Não adianta ter um texto assisado e burocrático se seu público pretende encontrar uma linguagem descontraída e solta em um “Caderno 2”. Não estou dizendo que nesse espaço ou em qualquer outro os textos devam ser incorretos, mas mais apropriados ao público e adequado ao gênero textual utilizado. Criatividade ou inventividade não são sinônimos de aceitação de “erros” os desvios, mas de adequação do registro de língua ao texto, ao interlocutor e ao canal que se utiliza para escrever.

Antes de passarmos a outro ponto, é necessário desmistificar alguns pontos de vistas recorrentes no ensino da língua portuguesa. 1. Textos com recursos de oralidades são textos errados; ou seja, é um uma imprudência assimilar o erro ao registro oral da língua e o acerto ao registro escrito. Mas o aluno precisa conhecer as marcas de oralidades e saber que, via de regra, não fariam parte da construção do texto jornalístico. Em uma entrevista que será publicada, o jornalista terá que retextualizar, ou seja, extrair as marcas de oralidade da fala de seu entrevistado para que o texto possa ser publicado pelas regras do texto escrito.

Há também as marcas de oralidade no jornalismo popular. Como mostra Dias (2003), essas marcas são uma tentativa de aproximar o público dos periódicos. Percebe-se essa tendência, sobretudo, nos jornais brasileiros, formato tabloide, que surgiram na década de 90. Ressalte-se ainda que os jornais “não populares”, também, apresentam as

²⁰ Segundo Bagno (2011, p. 31): O que se entende por *norma-padrão*, nos estudos mais recentes sobre variação linguística e ensino, é o modelo de língua descrito-prescrito pela tradição gramatical, uma língua extremamente idealizada, construída com base nos usos de um grupo não muito amplo de escritores e, mesmo assim, não de todos esses usos, mas só daqueles que o próprio gramático considera exemplares ou recomendáveis. Essa norma-padrão — *escrita, literária e obsoleta* — é, por isso mesmo, repleta de arcaísmos, de fósseis linguísticos, de regras que vão contra a intuição gramatical de qualquer falante da língua. Como se não bastasse, ela é inevitavelmente *anacrônica*, porque recorre a um cânone literário do passado, de modo que nem sequer na literatura viva, contemporânea, é possível reconhecer o uso integral do que ela prescreve.

²¹ Não vou discutir com isso aqui regras de uso de negrito, itálico, formatação de datas e horas e outros.

marcas, entretanto em menor proporção. Ainda cabe dizer que o uso de uma marca de oralidade pode ser necessário, se a intenção é a chamar a atenção do leitor.

2. Textos de jornais tradicionais não apresentam “erros”. Da mesma forma que acontece com jornais menos tradicionais, os jornais tradicionais também apresentam “erros”²². Basta dar uma espiada na sessão Carta dos Leitores que lá estarão comentários sobre os erros de redação. Sem a revisão de um copidesque, o texto passa diretamente da redação à publicação.

O texto hoje é enviado diretamente para publicação. Esse é um dos fatos que faz com o texto seja publicado tal qual foi escrito, sem a revisão ou a sua reescrita. Acredito que isso traga naturalmente problemas à credibilidade do veículo porque o leitor acaba vendo no erro um ponto de questionamento sobre a legitimidade do conteúdo que está lendo ou sobre quem redigiu o texto.

O jornalista precisa também saber que não se pode confiar plenamente nas correções dos processadores de texto, uma vez que eles nem sempre sugerem as correções abonadas.

Suponho que os textos publicados na internet, pelos canais de notícias, sejam o que mais apresentem problemas, dada a rapidez com que as informações devam ser passadas ao público. Voltando à prática docente.

Em um determinado momento, já familiarizado com o programa a que eu me propunha trabalhar, percebi que a questão estava no ensino dos gêneros textuais e suas especificidades. Os gêneros textuais são: “realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sócio comunicativas” (MARCUSCHI, 2002, p. 22), sendo assim, os textos, segundo o mesmo autor, “cumprem uma função comunicativas” e são, por isso, “designações concretas, determinadas pelo canal, estilo, composição e função”. Cada texto tem suas peculiaridades e as formas linguísticas nele presentes serão determinadas, em certo ponto, por essas peculiaridades.

Dos quatro fatores mencionados por Marcuschi, julgo que a função seja o mais proeminente. Porque a função responde “por que escrevo um texto”? Para persuadir, para informar, para divertir. etc.? Cabe notar que esses termos não se excluem, posso informar persuadindo, por exemplo.

Relevante é também o fator *para quem se escreve*. Brito (1984, p. 112) menciona que a figura do interlocutor determina sobremaneira a produção textual do

²² Não vou entrar no mérito da questão, mas remeto o leitor desse tópico às leituras de...

aluno. Brito, em referência a um texto de Sírío Possenti²³, menciona que a figura do interlocutor pode interferir na produção dos elementos coesivos do texto. De outra forma significa dizer que, dentro das condições de produção, *o que se escreve e para quem se escreve*, já que esses são fatores determinantes da escrita.

A finalidade determina a forma do texto, mas sem conhecer a forma, não sabemos produzir um texto. As finalidades estão relacionadas ao texto como práticas sócio comunicativas ou como práxis, ou como ação concreta que se desenvolve pela linguagem. Logo, escrever é produzir uma ação concreta que vai “atingir” meu leitor (e, em, certa medida, será determinada por ele).

Há muito outros fatores ainda a serem considerados no que diz respeito à produção textual, tais como Que conteúdos selecionar para convencer o meu leitor? Que imagem tenho do meu leitor? Que conhecimento julgo que ele possui? Que imagem tenho do conteúdo? Que imagem do conteúdo julgo que meu leitor possui? Que imagem pretendo que meu leitor tenha do conteúdo? Qual o meu objetivo? Que nível de formalidade (registro) devo aplicar ao texto? Culto/Coloquial Que variedade linguística devo utilizar em meu texto? Regional local Gíria/Jargão/Falas de homens e mulheres Como devo organizar globalmente o texto? Estrutura em capítulos ou parágrafos, etc. Como devo organizar localmente o texto? Frases curtas, longas, com mais ou menos pontuação, etc. Como organizar graficamente o texto? Uso de tipografia, cores, gráficos, infográficos etc²⁴.

Todas essas questões estão em jogo na produção de um texto, seja ele de que ordem for. E elas devem ser levadas em consideração no momento de escrever.

Não entrarei nas normas estritamente jornalísticas, mas considerarei o que acredito ser relevante para meus alunos aprenderem na disciplina de língua portuguesa. Há ainda outra questão que julgo importante nessa abordagem que faço nesse meu “aprendizado de ensino” do texto jornalístico: o reconhecimento das características do texto jornalístico e as regras que o determinam. Quais são os gêneros e como eles se caracterizam? Quais as fronteiras entre os gêneros e a “linguagem” que utilizam? Em primeiro lugar, o que tem que ficar claro para um aluno de jornalismo? Que existem

²³ POSSENTI, S. “Sobre discurso e texto: imagem e/de construção”. In: **Sobre a estrutura do discurso**. IEL/UNICAMP, 1981, p. 48-53.

²⁴ Todas essas perguntas foram retiradas de um quadro destinado aos alunos do curso Leitura e Produção de Textos: uma Perspectiva Linguística I e II, da PUC-MG, em 1994. Produzido por Augusto Gomes Batista, Maria da Graça Costa Val e Marildes Marinho Miranda.

gêneros textuais diferentes e que se agrupariam, conforme quadro de Goldstein (2010.p 16-17):

Agrupamento	Textos	Finalidades
Gêneros ficcionais	Romance, conto, HQ, lenda, fábula, narrativa de mistério.	Apresentar ações imaginárias, criadas pelo autor, vividas por personagens também ficcionais.
Gêneros com a finalidade de relatar	Notícia, reportagem, crônica esportiva, relato de viagem, <i>curriculum vitae</i> .	Apresentar experiências vividas situadas no tempo.
Gêneros argumentativos	Editorial, artigo de opinião, carta de reclamação, discursos de acusação e defesa – na área jurídica.	Convencer sobre um ponto de vista a respeito de um determinado tema.
Gêneros expositivos	Palestra, verbete de dicionário ou enciclopédia, artigo científico, seminário, relatório.	Apresentar conhecimento sobre determinado assunto.
Gêneros prescritivos	Contrato, regulamento, estatuto, manual de instruções, regras de jogo.	Orientar e regular o modo de se comportar.

A tarefa inicial do professor de língua portuguesa será a de, em um primeiro momento, mostrar a diferença entre esses gêneros, apontar as suas particularidades²⁵. A seguir, partir para os gêneros jornalísticos em suas especificidades. Falo somente pela

²⁵ A caracterização dos gêneros e suas peculiaridades linguísticas são feitas ao longo dos dois semestres em que são trabalhadas as disciplinas de língua portuguesa.

minha experiência, e não por dados: boa parte dos alunos que chegam à graduação desconhece as diferenças entre os gêneros textuais.

Uma distinção entre gêneros com a finalidade de relatar (notícia e reportagem) e gêneros argumentativos (artigo de opinião e editorial) é necessária, mas deve-se lembrar de que a fronteira entre eles não é rígida porque não existe linguagem 100% imparcial. Não existe uma linguagem totalmente objetiva, como nota Fiorin:

Também o jornalismo com seu ideal de objetividade, de neutralidade e de imparcialidade constrói textos sem as marcas da enunciação. Lembramos que não existem textos objetivos, pois eles são sempre fruto da subjetividade e da visão de mundo de um enunciator. O que há são textos que produzem um efeito de objetividade. (2005, p. 179)

A partir do que diz Fiorin, minha hipótese é a de que quanto mais neutro é um texto, maior seu poder de convencimento, uma vez que, ele cria seu efeito de objetividade. E a objetividade acaba por tornar-se sinônimo da verdade no jornalismo²⁶. O testemunho sobre a “verdade” dos fatos passa sobre a subjetividade do jornalista. Nos exemplos de Lage (2007, p.5), ao explicar os tipos de citação, percebe-se uma gradação entre “dizer” e “ameaçar” ou, nas palavras de Lage: “quem cita escolhe o que cita e, de muitas maneiras, assume posições em face da citação”. Aos exemplos: a. “Vamos recorrer no Judiciário até a última instância, **disse** o advogado”. b. “Vamos recorrer no Judiciário até a última instância, **advertiu** o advogado”. c. “Vamos recorrer no Judiciário até a última instância, **ameaçou** o advogado”.

Um texto pode ser “narrado” por muitos vieses e de muitas maneiras. É conhecida a poesia de Manuel Bandeira, em que se poetisa um fato a maneira de uma notícia:

Poema tirado de uma notícia de jornal²⁷

*João Gostoso era carregador de feira livre e morava no morro da
Babilônia num barracão sem número
Uma noite ele chegou no bar Vinte de Novembro
Bebeu
Cantou
Dançou
Depois se atirou na lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.*

²⁶ Lembremos que objetividade como sinônimo de verdade é uma construção recente na história. Na Europa Medieval, eram os menestrelis ou bardos quem transmitiam as informações, de forma cantada.

²⁷ Do livro *Libertinagem*.

Esse texto exemplifica bem que um efeito de subjetividade pode ser criado a maneira de fatos narrados da linguagem jornalística, a partir de uma estruturação em versos.

Há ainda uma questão que considero, talvez, a mais relevante atinente à construção do texto jornalístico: a coesão textual. Coesão textual é “a propriedade pela qual se cria e se sinaliza toda espécie de ligação, de laço, que dá ao texto unidade de sentido ou unidade temática” (ANTUNES, 2005, p. 47). Sem o conhecimento dos recursos de coesão textual, o texto pode parecer sem sentido ou exigir do leitor um esforço desnecessário a sua compreensão.

Os expedientes da coesão deixam o texto mais claro porque permitem a quem escreve o conhecimento e o reconhecimento das relações que se estabelecem entre palavras, orações e parágrafos. Assim, saber quais são os *recursos* das relações que são estabelecidas pela *reiteração*, *associação* e *conexão* é saber como o texto se constitui.

Pelas relações de reiteração, segundo Antunes (2005), podem acontecer os procedimentos da *repetição* ou *substituição*. O reconhecimento desses procedimentos permite ao aluno saber que o texto se constrói pela remissão de alguns elementos, daí os vários recursos que nele podem estar presentes, tais como paráfrases, repetições e elipses. Começemos por esta. A elipse é um mecanismo de coesão que isenta o produtor de texto de proceder a repetições desnecessárias: Em artigo de opinião publicado na Revista Veja, Maílson da Nóbrega faz uso desse recurso, O ex-ministro da fazenda do governo FHC está fazendo referência ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva:

Ø Não exagera a ponto de reivindicar a glória do descobrimento, mas chega perto. Ø Diz que mudou o Brasil. Ø Obscurece a participação de Fernando Henrique Cardoso na construção da plataforma de lançamento da qual decolou²⁸.

Observe-se que Maílson da Nóbrega não repete aqui o nome Lula ou Presidente. Omite esses nomes, com isso deixando o texto mais fluido.

Quanto à repetição, cabe fazer algumas observações. Vimos acima que o recurso à elipse, é necessário. É de bom senso que, em construções como a exemplificada acima, não se repitam os nomes. Cabe lembrar, no entanto, que a repetição constitui-se como um recurso da língua, como nota Antunes (2005, p. 71):

²⁸ O ex-ministro da fazenda do governo FHC está fazendo referência ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Ao contrário do que aparece nas falas de alguns professores e nas instruções de certos manuais de redação, a repetição de palavras é um recurso textual significativo. Sua ocorrência em textos é incontestável, isto é, os textos maiores, orais ou escritos, formais ou informais, normalmente, trazem palavras repetidas, sem que isso lhes afete a qualidade.

Argumenta ainda a autora que pelo fato de, não haver sinônimos perfeitos na língua, é natural que se repitam palavras. O paralelismo pode ocorrer para dar ênfase a uma palavra através de do recurso do paralelismo sintático ou para marcar o contraste.

Há casos, porém, que a repetição não convém ao texto jornalístico. São os casos que eu chamaria repetição não funcional, ou seja, a repetição excessiva de palavras ou expressões ou locuções. Esse tipo de construção de fato denota que o autor não tem um repertório tão ampliado e, por isso, seu texto fica empobrecido, cometendo em um erro de coesão.

Entre os recursos da reiteração encontramos ainda a paráfrase. Segundo Antunes, a paráfrase:

[...] propicia a clarificação de um conceito, de uma informação, de uma ideia por meio de *nova formulação* desses itens. Constitui um recurso coesivo, isto é, promove a ligação entre dois segmentos textuais, uma vez que alguma coisa é *dita outra vez, em outro ponto do texto*, embora com palavras diferentes [...] (ibid., p. 63)

Além de apresentar essa função coesiva “de promover a ligação”, julgo a paráfrase um mecanismo discursivo, pelo qual se delimita um determinado significado. Sendo assim, existe na paráfrase algo que não está relacionado somente ao estilo de quem escreve, mas a sua intencionalidade e de como pretende persuadir seu público. Em editorial da Revista Veja²⁹, ao se abordar o investimento do governo brasileiro de portos cubanos, afirma-se: “Os documentos relativos ao negócio só poderão se tornar públicos em 2027 — *ou seja*, daqui a treze anos.” “Em “daqui a treze a anos” funciona na verdade como uma paráfrase, enfatizando assim o período em que o acordo ficará sigiloso. É preciso mostrar então aos alunos, ainda que em um segundo momento, que os elementos coesivos responsáveis pela paráfrase desempenham também um papel no plano argumentativo da língua.

Afora a elipse, que faz parte dos procedimentos de substituição/reiteração, temos os casos de substituição gramatical e substituição lexical. Os casos de substituição gramatical, sobretudo aqueles em que se faz a retomada do nome por um pronome oblíquo em posição enclítica, merecem explicações adicionais em sala de aula, uma vez

²⁹ Parte nomeada pela revista de “Carta ao Leitor”. Edição 2355 – ano 47 – nº2, de 8 de junho de 2014.

que praticamente não há a utilização de ênclise nos textos dos alunos. Fonseca (2008)³⁰, em pesquisa realizada em escolas do município de São Gonçalo-RJ, registra que de 265 ocorrências de clíticos no *corpus* pesquisado, somente 13% compreendeu o uso de ênclise. Na verdade, essa é não só uma tendência da língua portuguesa escrita, mas da língua portuguesa em geral como apontou o ilustre linguista brasileiro Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 103): “o gênio da língua [...], para o português (do Brasil) não favorece a ênclise; e a próclise é geral, em princípio [...]”.

Os casos de substituição lexical são de conhecimento da maioria dos alunos, considerando-se que aprenderam no ensino médio que não se deve repetir palavras em um mesmo parágrafo ou em um mesmo texto. Cabe lembrar, no entanto, que nem todas as substituições ou sinonímias são possíveis. Como coloca Antunes (2005, p. 94): “só no corpo a corpo com o texto é que vamos avaliando como ficam nossas escolhas e vamos fazendo os devidos ajustes.” Ainda convém observar que é um princípio do jornalismo usar a palavra mais conhecida e não a mais rebuscada. Segundo Lage (2007, p. 14)³¹:

Sempre que os sentidos sejam permutáveis, entre perfunctório e superficial, o preferível, portanto, é superficial; entre próximo a e perto de, é perto de; entre recinto e sala, é sala; entre pretérito e passado, é passado; entre sintagma e locução, é locução. A regra se aplica, no geral, tanto ao texto escrito quanto ao coloquial simulado.

A segunda relação de coesão mencionada por Irandé Antunes é o da associação semântica. Aqui o procedimento é o da seleção lexical e os recursos consistem no uso de “seleção de palavras semanticamente próximas³²”. Esse procedimento é de extrema importância porque permite que vejamos o texto como uma unidade de sentido. Ao estabelecer a relação entre palavras de um mesmo campo semântico, quem escreve está mais do que estabelecendo uma relação de ligação entre as palavras, está mostrando o seu conhecimento sobre uma determinada matéria, assunto, e como as palavras, a partir desse tema se conectam, em uma relação, que pode ser literal ou figurativa. O texto que Antunes utiliza para demonstrar essas relações é exemplar e, por isso, reproduzimos aqui um trecho dele:

³⁰ Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vijonafil/atas/o_uso_e_a_ordem.pdf>.

³¹ Disponível em:

<<http://comunique.se.ifrs.edu.br/files/Gram%C3%A1tica%20do%20texto%20jornal%C3%ADstico.pdf>>

³² ANTUNES, *op. cit.* p. 51.

ACABOU A FESTA

O governo esperou o Carnaval passar para botar seu **bloco** na rua. Na semana passada, enquanto a **comissão** de frente fechava os últimos detalhes do Acordo como Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, **a turma da bateria** acertou **o ritmo** Do ajuste fiscal. No novo **samba** quem **dançou** primeiro foi a **ala** dos servidores públicos com 514 mil **integrantes**. Foram suspensas até o final do ano promoções, reajustes e contratações, o que promete gerar uma economia de pelo menos R\$ 1,5bilhão. No **breque** também foi extinto o adicional por tempo de serviço pago ao funcionalismo. Vamos voltar a fazer cortes nas despesas com pessoal, avisa o secretário executivo do Ministro do Orçamento, Martus Tavares um dos **puxadores da escola**. Vários **componentes** podem sair da **avenida** e voltar para casa mais cedo comum novo Programa de Demissão Voluntária (PDV), que pretende reduzir a folha de R\$ 52 bilhões anuais. Nos ministérios, o orçamento para custeio e investimentos foi diminuído em 20%. Do lado das receitas, houve aumento de 11,5% no preço dos derivados do petróleo, o que vai encarecer a gasolina, o óleo diesel e o gás de cozinha. A carga tributária também foi elevada e atingirá especialmente os exportadores, que perderam isenções e as aplicações financeiras, que vão pagar mais IOF. O Banco Central contribuiu para o **desfile** das medidas no **quesito alegorias** e **adereços**. Aumentou o compulsório dos bancos, dinheiro que fica no BC, sobre os depósitos a prazo. Tirou da **apoteose** a tal banda diagonal com movimento endógeno... Apesar disso, Armínio Fraga garante: Calote é uma palavra que está fora do nosso dicionário, mostrando que é fiel ao **samba-enredo** da crise³³. (Wladim Gramacho, ISTOÉ, 10/03/99, p. 84 apud ANTUNES, 2005, p. 130)

O autor trata de assuntos de sérios, aproveitando a temática do Carnaval; ao usar palavras de um mesmo campo conceitual e com duplo sentido, dá ao texto uma leveza, diferente, em geral, de textos que tratam de assuntos relacionados à economia, governo, país etc.

O último tipo de relação coesiva é a conexão, que é responsável, segundo Antunes (XXX, p. 51), pelo “estabelecimento de relações sintático-semânticas entre termos, orações, períodos, parágrafos e blocos supraparágraficos”. Com o uso de preposições, conjunções, advérbios e locuções o texto vai sendo alinhavado em suas partes.

Deparamo-nos com alguns problemas logo no início na ministração desse conteúdo porque nossos alunos não costumam ter familiaridade com os termos gramaticais e aprenderam esse tópico na escola a partir da classificação de orações. Esse fato já traz dificuldades consideráveis, mas minha proposta é antes mostrar aos discentes que, para uma determinada relação de sentido, há termos que são intercambiáveis no contexto da frase. Assim, ao expormos, por exemplo, as relações de causalidade, mostramos que a locução *uma vez que* pode ser substituída por *já que*,

³³ Grifos do autor.

porque, visto que, etc. Após termos feito isso com todas as classes de conectores, mostramos a importância da inserção deles no texto, uma vez que os alunos não os utilizam, muitas vezes, por falta mesmo de conhecimento do sentido dessas conjunções e locuções.

Acredito ter discutido algumas questões pertinentes ao ensino de língua portuguesa dentro de um quadro de reflexão teórica atual. As questões aqui colocadas não podem ser ignoradas se um professor vê a língua como um conjunto de regras de certo e errado. Naturalmente, não há, nesse espaço, como discutir todas as questões que são postas no dia a dia, nas aulas; até mesmo há a possibilidade da inserção de outros conteúdos no decorrer do semestre, fato que depende também da necessidade de cada turma.

Referências

- ANTUNES, I. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola, 2005.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2007.
- _____. **Dramática da língua portuguesa**. São Paulo: Loyola, 2000.
- _____. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BANDEIRA, M. **Libertinagem**. São Paulo: Global Editora, 2013.
- BATISTA, A. G.; COSTA VAL, M. G.; MIRANDA, M. M. “A prática de leitura na sala de aula”. Apostila. Leitura e produção de texto: uma perspectiva linguística I e II. (Professor Antônio Augusto Gomes Batista). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Jan. de 1994.
- BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- BRITO, P. L. Em terra de surdos-mudos (um estudo sobre as condições de produção de textos escolares). In GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula: leitura e produção**. Cascavel: Assoeste, 1984.
- CAMARA JR, J. M. **Dicionário de linguística e gramática**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- DIAS, A. R. F. **O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular**. São Paulo: Cortez, 2003.
- GOLDSTEIN, N. et al. **O texto sem mistérios: leitura e escrita na universidade**. São Paulo: Ática, 2010.
- FIORIN, J. L. **Introdução à linguística II**. Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2005.
- HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2002.
- LUFT, C. P. **Língua & liberdade: por uma nova concepção de língua materna**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

- MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade: In DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Ana Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros Textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- NÓBREGA, M. Quem descobriu o Brasil? Lula ou Cabral? **Revista Veja**, São Paulo, 5 maio. 2010.
- POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola?** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.
- SILVA, L. A. Projeto NURC: Histórico. **Linha d'Água**. São Paulo: USP. p. 83-90.

Documentos de acesso exclusivo em meio eletrônico:

- LAGE, N. **Gramática do texto jornalístico**. Disponível em: <<http://comunique.se.ifrs.edu.br/files/Gram%C3%A1tica%20do%20texto%20jornal%C3%ADstico.pdf>> . Acesso em: 30 jan. 2014.
- FONSECA, C. J. **O uso e a ordem dos clíticos em redações escolares**. In: VI Jornada Nacional de Filologia, 2008. São Gonçalo. **Atas da VI Jornada Nacional de Filologia**. São Gonçalo, 2008. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vijonafil/atas/o_uso_e_a_ordem.pdf> Acesso em: 30 jan. 2014.
- LEITE, M. Q. **Português culto e popular: entrelaçamentos**. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp18/07.pdf>> . Acesso em: 30 jan. 2014.
- OLIVEIRA, Marco Antônio de e NASCIMENTO, Milton do. Da análise de erros aos mecanismos envolvidos na aprendizagem da escrita. **Educ. Rev.** [online]. 1990, n.12, pp. 33-43. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46981990000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> . Acesso em 30 jan. 2014.
- POSSENTI, S. **Veríssimo escreveu**. Disponível em <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdosirio/blog/2008/02/28/se-verissimo-escreveu/>> . Acesso em: 30 jan. 2014.